

BOLETIM 249

Brasília, 17 de novembro de 2016

FETICEMA e sindicatos investem na formação de jovens trabalhadores

A Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado do Maranhão – FETICEMA, juntamente com os sindicatos da construção e do mobiliário nos municípios de Caxias, Zé Doca, Santa Helena e Balsas, está promovendo cursos profissionalizantes para trabalhadores e futuros trabalhadores da construção civil, principalmente jovens.

Com o objetivo de formar profissionais na área da Construção e do Mobiliário e líderes de equipes de trabalhadores da construção civil em canteiros de obras, controladores de equipamentos e materiais, inspecionadores de qualidade de matérias-primas utilizadas, administradores de cronograma de obras, bem como aprofundar e adquirir os conhecimentos em eletricidade, hidráulica, pinturas e ferragens, a FETICEMA, cumpre o seu cronograma de Qualificação Profissional em 2016 para os trabalhadores da categoria associados ou não aos sindicatos filiados à Federação.

Em parceria com o IQEP – Instituto de Qualificação e Ensino profissionalizante e os Sindicatos da Construção e do Mobiliário de Caxias, Balsas e Santa Helena, foram formadas quatro turmas. Enquanto o Sindicato de Zé Doca, firmou parceria com o PRONATEC, Federação e o SENAI.



Participação intensa dos jovens nos cursos promovidos pela FETICEMA com os Sindicatos

Para o período de outubro a dezembro de 2016, estão sendo oferecidos os seguintes cursos:

Eletricista Instalador Predial - carga horária de 100 horas, duas turmas com 25 trabalhadores inscritos em cada turma no sindicato de Santa Helena – MA. Parceiros: Federação, Sindicatos e IQEP.

Mestre de Obras e leitura e interpretação de projetos na construção civil - carga horária de 160 horas, para os trabalhadores inscritos nos Sindicatos de Caxias e Balsas - MA, turmas com 28 alunos, para cada cidade. Parceiros: Federação, Sindicatos e IQEP.

Eletricista Residencial, Instalador Hidráulico, Pedreiro de Alvenaria, Pintor de Obras e Armador de Ferragem - cargas horárias entre 120



a 200 horas. Todas as áreas são compostas de duas turmas de 25 alunos para cada turma, sendo uma para os que estão se preparando para adentrar no mercado do trabalho e a outra para os que já estão no mercado do trabalho, mas sem nenhuma qualificação específica. Esta parceria é através do PRONATEC/Governo Federal – Sindicato da Construção e do Mobiliário do município de Zé Doca/MA e FETICEMA. Esse programa é executado pelo SENAI/MA.

O presidente da FETICEMA Francisco das Chagas Viana (*foto*), também vice-presidente da CONTRICOM, ressalta os benefícios da qualificação profissional na vida de um trabalhador. No seu entendimento, “essa formação, leva o jovem a enfrentar novos desafios, contribuindo assim para a identificação de seus talentos e para a sua inserção no mercado de trabalho”.

Viana é convicto que, através da qualificação, “o trabalhador ou trabalhadora

aprimora as suas habilidades para executar funções específicas, conforme a demanda do mercado de trabalho”.

Nessa mesma linha de raciocínio, os presidentes dos sindicatos parceiros deste programa de capacitação profissional salientam que estão cientes da transformação que os trabalhadores terão após o término dos cursos e que os mesmos seguirão uma nova linha de raciocínio pautados no conhecimento técnico e na qualidade.

CONTRICOM – O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, enalteceu o trabalho realizado pela FETICEMA: “a nossa federação no Estado do Maranhão, sob o comando do companheiro Francisco, com todas as dificuldades do momento, está dando um exemplo para todos nós com esta iniciativa que fortalece a formação profissional de nossos trabalhadores, especialmente os jovens, que são os que mais precisam, pois estão iniciando ou na perspectiva de iniciar suas atividades no mercado de trabalho”.

“Parabéns à FETICEMA, aos sindicatos filiados e a todos os parceiros que estão promovendo estes cursos. Agora, com esse exemplo, vamos trabalhar para que iniciativas como essa se espalhem por todo país, pois, nesse momento de grave crise econômica, com o desemprego assolando os trabalhadores, o fortalecimento de sua formação profissional é fundamental”, sentenciou Mazinho.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Senado agenda para dia 24 votação sobre terceirização

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) se reuniu, nesta quarta-feira (16), com os líderes partidários e definiu calendário de votação de proposições importantes. Dentre as proposições agendadas para apreciação em plenário está o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/15, o mais polêmico, dentre outros que tratam da regulamentação da terceirização da mão de obra.

Pela agenda aprovada pelos líderes, o PLC 30 estará na pauta do plenário do Senado na próxima quinta-feira (24). Importante destacar que este projeto foi rechaçado por Renan, que não concorda, segundo ele, com a terceirização generalizada, como propõe a matéria.

O projeto, já aprovado na Câmara, regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. Isto é, regulamenta a modalidade de contratação para as atividades-meio e a expande para a atividade-fim.

O projeto está em discussão no âmbito da Agenda Brasil, cuja relatoria está a cargo do senador Paulo Paim (PT-RS).

Duas visões - O Senado terá de decidir entre duas visões opostas de terceirização, previstas em propostas que tramitam na Casa. Em contraposição ao PLC 30/15, que permite a terceirização ampla, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 339/16, que consagra o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que a terceirização só poderá ser feita em atividades-meio.

O projeto da Câmara dos Deputados chegou ao Senado em 2015 e aguarda a leitura de um requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) para que tramite em conjunto com outra proposta sobre o tema, do senador licenciado Marcelo Crivella, o PLS 300/15. Após ouvir críticas das centrais sindicais ao projeto aprovado pela Câmara, que foi discutido em diversas audiências no Senado, Randolfe decidiu apresentar uma alternativa ao PLC 30.

Direito de greve e trabalho escravo - Poderão fazer parte do calendário, proposições que versam sobre o direito de greve do servidor (PLSs 710/11 e 327/14) e também a que regulamenta (PLS 432/13) a Emenda à Constituição 81/14, que pune o trabalho escravo.

Os projetos que versam sobre direito de greve, em particular o PLS 710, na prática impede o servidor de fazê-la. Já o PLS 432 suprime a jornada exaustiva e o trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal. Estes projetos poderão ter urgência aprovada para inclusão em pauta.

Também poderá entrar na pauta, o PDS 43/15, que revoga a Norma Regulamentadora (NR) 12, do Ministério do Trabalho, sobre a segurança em relação a máquinas e equipamentos no ambiente de trabalho.

Outras proposições

Estão nesta agenda, a PEC 55/16 (PEC 241/16, na Câmara), que vai ser debatida em plenário na próxima terça-feira (22). A votação, em primeiro turno, acontece no dia 29 de novembro. E, em segundo turno, no dia 13 de dezembro. A promulgação da proposta está prevista para ocorrer no dia 15 de dezembro.

A Reforma Política também compõe a agenda aprovada pelos líderes. Na PEC 36/16 há

seis importantes mudanças no sistema representativo brasileiro, dispondo sobre: 1) o fim das coligações nas eleições proporcionais; 2) a instituição da cláusula de barreira; 3) a adoção do funcionamento parlamentar; 4) o direito dos eleitos; 5) a fidelidade partidária; e 5) a criação da federação de partidos. Está prevista a votação da matéria, em segundo turno, na próxima terça (22).

Orçamento 2017 - Pelo calendário, a Lei Orçamentária Anula (LOA) 2017 deverá ser votada no plenário do Congresso Nacional no dia 14 de dezembro.

Fonte: Diap

Centrais preparam protesto nacional dia 25

As Centrais Sindicais articulam um forte protesto unitário, e nacional, para o dia 25 de novembro. Com esse propósito, CUT, Força Sindical, UGT, Nova Central, CTB, Intersindical, CGTB e CSP-Conlutas reuniram na manhã desta quarta (16) no Dieese, em São Paulo.

O objetivo principal do “Dia Unificado de Protestos e Paralisações” é enfrentar os ataques a direitos trabalhistas, denunciar as reformas neoliberais do governo Temer e mobilizar os trabalhadores pelo crescimento da economia e mais empregos. As Centrais vão produzir um boletim de mobilização e também devem publicar manifesto na grande mídia, a fim de convocar para o ato e também explicar as razões do protesto.

As Centrais devem valorizar a bandeira do emprego, relacionada como um dos eixos principais da manifestação do dia 25. Os quatro pontos principais são: 1) Combate à reforma da Previdência e em defesa da aposentadoria; 2)



Defesa da saúde e educação e combate à PEC 55; 3) Defesa dos direitos e conquistas trabalhistas, reforçando a Pauta Trabalhista Unificada; e 4) Retomada do desenvolvimento com geração de empregos.

Fonte: Agência Sindical

Focus piora estimativa sobre retração do PIB

Pelo relatório do boletim Focus, do Banco Central, divulgado na segunda-feira (14), as estimativas para o Produto Interno Bruto (PIB) este ano indicam uma queda de 3,37%, ante os 3,31% projetados uma semana atrás e os 3,19% de um mês antes.

Com perspectiva de PIB positivo para 2017, ainda assim, o “mercado” reduziu a previsão de crescimento de 1,20% para 1,13% no próximo ano. Há um mês estava em 1,30%.

Já os juros vão continuar em alta. O boletim do BC projeta uma queda menor na taxa básica de juros (Selic) para 2016 de 13,75% a.a. contra 13,50% na semana anterior.

As estimativas para a produção industrial apontam ainda para um cenário negativo. A queda prevista para este ano passou de 6,00% para 6,06%. Para 2017, a projeção de alta da produção industrial permaneceu em 1,11%.

O indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para este ano passaram de 45,15% para 45,42% no Focus. Um mês atrás estava em 45,00%. Para 2017, as expectativas no boletim foram de 49,80% para 50,10% ante projeção apontada um mês atrás de 49,90%.

O Boletim Focus é elaborado pelo BC após consultar cerca de 120 instituições financeiras.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Idade mínima para aposentadoria divide especialistas e centrais sindicais

Uma das dúvidas atuais é se a reforma da Previdência levará em conta a disparidade das expectativas de vida no país. Especialistas consultados pela Agência Brasil divergem quanto à possibilidade de a reforma levar em conta as diferenças regionais. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostram disparidade entre estados e municípios brasileiros no que diz respeito ao tempo médio de vida dos habitantes.

A esperança de vida em Santa Catarina, por exemplo, de 79 anos – a mais alta do Brasil – está



8,4 anos acima da mais baixa, no Maranhão, atualmente em 70,6 anos, segundo o IBGE. Além disso, em 19 municípios, todos no Nordeste, a expectativa de vida da população é de cerca de 65 anos, a idade mínima pretendida na proposta do governo. Do outro lado, 20 municípios do Sul têm expectativa ao redor de 78 anos. Os dados são do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, do PNUD.

Ante esse panorama, o economista Gilberto Braga, professor de Finanças da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Ibmecc-RJ, acha que o “tecnicamente correto” seria adequar os regimes de Previdência às realidades locais. “Acho que a gente poderia ter dois ou três regimes de idade diferentes. Assim como o horário de verão é diferente [dependendo do local], não vejo porque não fazer isso”, disse. Segundo ele, uma maneira de fazer isso seria com uma regra de transição.

Equilíbrio - O economista José Matias-Pereira, especialista em administração pública e professor da Universidade de Brasília (UnB), tem uma visão diferente. Ele reconhece que a questão das diversas expectativas de vida é “importante”. No entanto, considera difícil uma reforma da Previdência que atenda às disparidades regionais do tempo médio de vida do brasileiro.

Para ele, não cabe à Previdência tratar da questão das diferenças sociais e regionais.



Centrais sindicais - Já entidades representativas dos trabalhadores defendem que a reforma contemple as diferenças regionais e que o ônus de equilibrar as contas previdenciárias não recaia exclusivamente sobre os usuários do sistema.

Fonte: Agência Brasil

Temer diz a senadores que é preciso medidas amargas para sair da recessão

Em discurso para senadores da base aliada no Palácio da Alvorada, o presidente Michel Temer ressaltou, ao defender aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos, que o país não saíra da “recessão profunda” que enfrenta com a adoção de “medidas simplesmente doces”.

“O primeiro passo é tirar o país da recessão, depois, sim, começa o crescimento. Dai, sim, do crescimento nascer o emprego. Então, não vamos ter a ilusão de que você combate a recessão com medidas simplesmente doces, precisa de medidas amargas. Essas medidas visam ao futuro, não visam ao presente”, discursou o presidente.

Com elogios ao Congresso, a quem disse que governa junto com a Presidência da República, Temer confirmou que após a aprovação da PEC 55/2016, que limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos, serão necessárias reformas na Previdência e trabalhista.

“O passo seguinte, é a [reforma] da Previdência. Vai ser difícil, vai, mas creio que já há uma consciência nacional, as pesquisas revelam, que ela é indispensável. Não há como fugir dela.

Nós estamos fora do planeta. Os outros países têm regras de natureza previdenciária completamente diversas das nossas e já admitidas. Sequencialmente, precisamos ir para uma reformulação de natureza trabalhista que, aliás, o Supremo Tribunal Federal começou a promover em decisões em que o acordado prevalece sobre o legislado”.

Para Temer o país não pode encarar com naturalidade o déficit de R\$ 170 bilhões previsto para este ano, nem o rombo de R\$ 139 bilhões para 2018. Para convencer os senadores aliados da importância da aprovação da PEC, o presidente disse que após controlar as contas, o país voltará a crescer. “Quando começarmos a sair da recessão vamos, evidentemente, para a busca do emprego que virá pouco a pouco”.

Fonte: Portal EBC

PL enviado ao Congresso corta benefícios à maternidade

O governo enviou um projeto de lei com mudança nas regras do INSS ao Congresso Nacional com objetivo de restringir a quantidade de mulheres beneficiadas pela licença maternidade remunerada. A proposta substitui a Medida Provisória 739 editada em julho, que perdeu a validade porque não foi votada a tempo.

No PL, caso aprovado sem modificações, apenas as mulheres que contribuíram pelo menos 10 meses com a Previdência terão direito ao salário maternidade. A regra também valerá para quem tiver um filho por meio de adoção. Hoje, o salário-



maternidade é pago a qualquer segurada que tenha, no mínimo, um mês de recolhimento ao INSS.

Para as assalariadas, as licenças-maternidade são efetivadas diretamente nas empresas, que ficam responsáveis de manter financeiramente as funcionárias durante os quatro meses. As companhias são depois ressarcidas pelo INSS.

Os pedidos aos empregadores são feitos a partir de 28 dias antes do parto com a apresentação de atestado médico ou de certidão de nascimento. Desempregadas ou contribuintes individuais podem requerer o auxílio somente após o parto diretamente em uma agência do INSS.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Comissão aprova projeto que prevê teste de gravidez em demissão de funcionária

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6074/16, do deputado Laercio Oliveira (SD-SE), que permite a exigência de teste de gravidez na demissão de funcionária. A proposta inclui a regra na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-Lei 5.452/43), que já prevê exame médico na admissão e na demissão de trabalhadores.

Segundo a relatora, deputada Gorete Pereira (PR-CE), a proposta beneficia inúmeras empregadas gestantes, além de ser positiva para a

empresa e, principalmente, para a criança. “Está se assegurando, sem interrupções, o recurso financeiro que propiciará uma gestação tranquila e saudável, sem necessidade de uma demanda judicial”, afirmou.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) já se posicionou de que o teste de gravidez na rescisão de contrato não é discriminatório. “Trata-se de uma cautela útil a ambas as partes contratantes, atendendo aos objetivos maiores da lei de proteção à maternidade”, disse Gorete Pereira.

Fonte: Agência Câmara

AGENDA PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Participa nesta sexta (18), em São Paulo, de reunião na sede do Ministério do Trabalho, juntamente com representantes da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo (FETICOM-SP). Na pauta, a questão da mediação dos acordos sindicais.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)